

## Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura

Carla Simone Rodeghero\*  
Vanderlei Machado\*\*

**As experiências de um grupo de mulheres** durante sua passagem pela universidade – e, em alguns casos, pelo ensino secundário – trazem elementos para caracterizar as lutas estudantis nos anos 1960 e 1970 e as formas de resistir à ditadura imposta a partir do golpe militar de 1964. O texto que segue tem a intenção de construir uma narrativa sobre o movimento estudantil nesse período, a partir de um mosaico de testemunhos de mulheres. Tais testemunhos foram produzidos a partir de entrevistas de história oral realizadas com protagonistas de tal movimento que vivem/viveram em diferentes partes do país. Pretendemos, com tal estratégia, ressaltar a participação feminina na mobilização estudantil, refletir sobre as particularidades de cada conjuntura específica (antes do golpe, entre 1964 e o AI-5 e nos chamados “anos de chumbo”) e dar a ver as possibilidades abertas ou fechadas para a participação política da juventude e das mulheres.

O texto dialoga com uma pesquisa preocupada em analisar as representações femininas divulgadas pelos livros didáticos de história do ensino

---

\* Doutora em História, professora associada do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: carla.simone@ufrgs.br.

\*\* Doutor em História, professor titular do Colégio de Aplicação da UFRGS. E-mail: vandermachado@hotmail.com.

médio, nos capítulos que abordam a história da ditadura civil-militar brasileira.<sup>1</sup> O material empírico analisado indicou tímidas referências nos manuais à participação das mulheres no movimento estudantil, ao mesmo tempo que permitiu constatar o crescimento do número de estudos acadêmicos, além das publicações voltadas a um público mais amplo, que já podem servir como subsídio para tornar visível no espaço escolar o protagonismo feminino na luta contra a ditadura. Frente à constatação de uma carência, pretendemos aqui oferecer ao público uma narrativa que contemple relatos de diversas mulheres e que, ao mesmo tempo, permita reconhecer fases diferentes da mobilização estudantil ao longo das décadas de 1960 e de 1970.

Em termos metodológicos, é preciso esclarecer que quase todas as mulheres cuja trajetória será contemplada neste texto foram entrevistadas por equipes ligadas às universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ), de Pernambuco (UFPE) e do Rio Grande do Sul (UFRGS), que integraram o projeto *Marcas da memória: história oral da Anistia no Brasil*, nos anos de 2011 e 2012. As entrevistas não tinham como principal objetivo recuperar a participação feminina no movimento estudantil, mas sim a reconstituição mais ampla do processo de formação e engajamento político de um conjunto de pessoas que se colocaram na oposição ao regime (Araujo; Montenegro; Rodeghero, 2012). Entre os temas enfocados estão as formas de atuação e militância política, a maneira como as pessoas entrevistadas foram atingidas pela repressão, o processo de reinserção na vida social e a continuidade (ou não) do envolvimento político após a redemocratização do país. De um *corpus* inicial de cerca de cem entrevistas, na elaboração do presente artigo o olhar se dirigiu àquelas concedidas por mulheres e, entre estas, foram priorizadas as que narravam situações relacionadas ao movimento estudantil.<sup>2</sup> De

---

1 Projeto de pesquisa *A história das mulheres que os livros didáticos não contam: as lutas femininas contra a ditadura militar no Brasil*, coordenado pelo Prof. Dr. Vanderlei Machado, com a colaboração da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Simone Rodeghero. Entre as publicações resultantes do projeto, destacamos Machado e Rodeghero (2010, 2017). O presente artigo também dialoga com o projeto de pesquisa *Marcas da memória: história oral da Anistia no Brasil*, coordenado por Carla Simone Rodeghero. Agradecemos a Roberta da Silva Moraes, bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), pela colaboração na pesquisa que resultou neste texto.

2 Entre as 42 entrevistas realizadas pela equipe da UFRJ, encontramos 20 com mulheres. Sete delas indicaram participação no movimento estudantil; destas, seis foram utilizadas para a elaboração do presente texto. Cinco mulheres foram entrevistadas pela equipe da UFRGS, num conjunto de 18 entrevistas. Três delas indicaram participação no movimento estudantil; uma das entrevistas foi contemplada no presente texto. A equipe da UFPE, por sua vez, conduziu 40 entrevistas, das quais nove foram concedidas por mulheres. Cinco delas indicaram participação no movimento estudantil; os relatos de duas

forma complementar, foram utilizados na confecção do presente texto registros de experiência de algumas outras mulheres durante a ditadura, retirados de um trabalho acadêmico já publicado que também se baseou em entrevistas (Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos, 2012). Isso se fez necessário para contemplar dimensões que apareceram com menos ênfase no material do projeto *Marcas da memória*.

Ainda em termos de escolhas metodológicas, lembramos a de utilizar predominantemente entrevistas feitas por outros pesquisadores. Apenas uma das entrevistas analisadas aqui foi conduzida pela coautora deste artigo, que também atuou como coordenadora da equipe do projeto *Marcas da memória* na UFRGS. Essa função possibilitou o diálogo com os coordenadores do projeto das demais universidades envolvidas e um conhecimento mais amplo dos objetivos do projeto e dos procedimentos colocados em prática. Apesar dessa proximidade, é preciso admitir que o uso de entrevistas feitas por outrem pode carregar algumas desvantagens. Entre elas, destacamos: nós, os autores deste artigo, com exceção de uma das entrevistas, não presenciamos o momento de diálogo construído nos demais encontros, nem fizemos anotações diretas ou guardamos lembranças sobre a interação com as pessoas entrevistadas; não testemunhamos a disposição delas ao falarem, nem estivemos no local onde se deu o encontro para observar o entorno (às vezes, um quadro na parede da sala ou os porta-retratos e os livros na estante são elementos relevantes para os propósitos da pesquisa); não tivemos contato com objetos e documentos que, porventura, tenham sido manuseados e apresentados à equipe ao longo da conversa. Tivemos contato apenas com as reações emocionais – riso, choro, espanto, ansiedade, alívio etc. – que foram associadas às falas na transcrição das entrevistas. Assim, de alguma maneira, na escrita do texto tivemos que considerar as perdas relativas à oralidade, à gestualidade e à aproximação que promove a empatia entre entrevistador e entrevistado, aspectos destacados por Portelli (1997) como fatores que tornam “a história oral diferente”.

Por outro lado, os ganhos se referem às possibilidades de cruzar relatos colhidos em diferentes lugares do Brasil em relação ao mesmo tema – a

---

dessas mulheres foram aqui apresentados. Ou seja, nove das 15 entrevistas concedidas por mulheres com participação no movimento estudantil foram contempladas no artigo. É preciso lembrar, ainda, que 12 entrevistas do projeto *Marcas da memória* foram utilizadas como fonte para o trabalho de conclusão de curso de Isadora Ritterbusch Librenza (2014), sob a orientação de Carla Simone Rodeghero. A estudante foi bolsista de iniciação científica de 2012 a 2013, sob a orientação de Vanderlei Machado.

participação feminina no movimento estudantil – e de explorar tópicos nem sempre centrais na trajetória das pessoas entrevistadas. Observamos, por exemplo, que boa parte dos excertos utilizados neste artigo vem das primeiras páginas das transcrições, que, às vezes, se resumem a duas ou três. Além disso, o fato desse não ser o tema central das entrevistas possibilitou o aparecimento de narrativas menos cristalizadas. Todas as entrevistas aqui analisadas (pela própria natureza do objeto escolhido) foram feitas com mulheres com formação em curso superior, o que tende a favorecer relatos mais sociológicos do que baseados na própria experiência, como bem observou Bourdieu (1997), nas reflexões finais de *A miséria do mundo*. Mas, como o tema que agora nos interessa não era o alvo principal das entrevistas, as depoentes podem ter tido uma liberdade maior de improvisação ao tratar dele. Outra vantagem do uso de entrevistas feitas por terceiros, ainda, está no aproveitamento de acervos de fontes orais para além dos objetivos primeiros de pesquisa. Sabe-se que o incentivo à constituição de acervos, muito comum entre os profissionais que praticam história oral, nem sempre repercute na efetiva utilização dos materiais arquivados.<sup>3</sup>

Philippe Joutard, em artigo que tratava dos desafios da história oral para o século XXI, sugeriu a realização do “máximo de análises cruzadas sobre os acervos de pesquisa orais das mais diversas proveniências” (2000, p. 38). Na oportunidade, o autor instigou os oralistas a “utilizar[em] o novo patrimônio construído ao longo de meio século” (Joutard, 2000, p. 40). Tal propósito também se aproxima de uma das intenções que esteve na origem do projeto *Marcas da memória*, qual seja a constituição de acervo para o futuro Memorial da Anistia. Em direção paralela, Linda Shapes (2016, p. 83), em texto recente, levantou a questão da criação de públicos para a história, reforçando a ideia de que o investimento na constituição de acervos exige que eles venham a ser efetivamente usados. A autora também sugeriu a identificação de comunidades interessadas e o convite à interação. Daí se depreende que uma das tarefas correlatas à constituição de acervos é a criação de situações que permitam a sua exploração, dentro ou fora da academia.

Ainda em termos das escolhas metodológicas, é preciso dizer que a metáfora do mosaico inspirou a composição deste texto: a partir de menções breves às trajetórias individuais das mulheres selecionadas, são apresentados

---

3 Sobre tal incentivo, veja-se a iniciativa da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) da criação no Fórum de Coletivos de História Oral, em evento nacional realizado em Porto Alegre em 2016 (Fórum..., [2016]).

espaços e práticas de atuação estudantil, possibilidades de resistência, diferenças entre os períodos de maior e menor repressão política, constrangimentos relacionados aos papéis de gênero socialmente predominantes. A mesma estratégia foi adotada em outros trabalhos relativos à militância feminina contra a ditadura que nos inspiraram, como os livros *Mulheres, militância e memória*, de Elizabeth F. Xavier Ferreira (1996), *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, de Ana Maria Colling (1997), e *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*, de Ingrid Gianordoli-Nascimento, Zeidi Trindade e Maria de Fátima Santos (2012).

Nas três obras, os relatos das mulheres entrevistadas são centrais na trama narrativa e criam as oportunidades para a análise de temas como a relação entre a militância individual e a formação política recebida em casa; a transgressão representada pela luta política nas organizações de esquerda e pelo trânsito por espaços e papéis atribuídos geralmente aos homens; as transformações vividas na juventude, com destaque para as lutas dos meios estudantis e sua aproximação dos grupos clandestinos; as mudanças trazidas pela migração de cidades menores para as capitais; as situações nas quais foram sendo construídas estratégias de autonomização das jovens mulheres frente ao peso das opiniões da família; as violências a que foram submetidas nas mãos dos agentes da repressão etc. Nas obras mencionadas, a apresentação das trajetórias individuais – breves histórias de vida – produz o efeito de aproximação ao vivido, às particularidades e subjetividades, sem que as autoras tenham se eximido do esforço de situar os relatos, de compará-los e com eles construir novas narrativas em relação ao que já se tinha produzido sobre militância política.

Em artigo escrito há duas décadas, Marco Aurélio Garcia analisou, entre outras, as duas primeiras obras citadas (então recém-lançadas), bem como as potencialidades da história oral para o estudo da militância política, argumentando que

depoimentos autobiográficos têm a possibilidade de reconstituir de forma mais consistente a dimensão subjetiva dos processos históricos e com isso *instituir sujeitos históricos concretos*, antes subsumidos nos grandes mecanismos explicativos próprios de uma historiografia política onde os militantes aparecem apenas como integrantes de um sistema impessoal. (Garcia, 1997, p. 334, grifo no original).

Faz sentido também para o presente estudo a observação de Garcia, na origem referente às mudanças possíveis na historiografia a partir de um

enfoque que questiona as relações de gênero para entender a militância política de grupos clandestinos de esquerda no contexto das ditaduras do Brasil e da Argentina. A militância nos meios estudantis, que nos interessa aqui, se deu de forma relativamente aberta, ainda que tenha tido relação com os grupos clandestinos e que em muitas oportunidades tenha antecedido a entrada de parte de seus componentes na clandestinidade. As duas formas de militância, no entanto, não se confundem, e, como procuraremos demonstrar, continuou-se a fazer política estudantil mesmo quando o espaço de atuação ficou extremamente fechado. Enquanto parte dos jovens e das jovens se tornavam clandestinos, eram presos, partiam para o exílio, desapareciam e/ou eram assassinados pelo regime, outros e outras tentavam utilizar o ambiente estudantil como espaço para debate crítico em relação à ditadura e às questões internas das universidades e escolas.

O movimento estudantil do qual queremos nos aproximar – e ao qual nos referiremos como “política estudantil”, “lutas estudantis” ou “militância estudantil” – será reconstituído, então, a partir dos relatos das mulheres entrevistadas, em diálogo com trabalhos acadêmicos voltados para o tema, num esforço de captar as dimensões subjetiva e coletiva das ações, considerando o protagonismo de entidades e de suas lideranças, mas tendo como enfoque central as formas como essas experiências foram vivenciadas e, mais recentemente, lembradas por um grupo de mulheres. Por causa desse recorte, não concentraremos nossa atenção nas correntes políticas, diretorias e congressos da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), da União Nacional de Estudantes (UNE) e das entidades estaduais, metropolitanas ou municipais a elas ligadas.<sup>4</sup>

## “Vai crescendo”: mulheres no movimento estudantil do início da década de 1960 ao AI-5

Iniciamos nos ocupando das experiências, dos relatos e das avaliações de Rita, Vitória, Dulce, Ana e Nilce, que nos colocarão em contato com os ambientes estudantis e políticos de Fortaleza, do Rio de Janeiro, do Recife

---

<sup>4</sup> Análises que tratam, entre outras coisas, da trajetória da UNE e das correntes políticas que influenciavam o movimento estudantil podem ser encontradas em Araujo (2007b) e Martins Filho (2007). Para a década de 1970, ver Müller (2010), Araujo (2007a), Bortot e Guimaraens (2007), Della Vecchia (2011) e Dienstmann (2016).

e de São Paulo, respectivamente, no período que foi do início da década de 1960 até a decretação do AI-5.<sup>5</sup>

Rita, de Fortaleza, ingressou na Faculdade de Direito em 1960 e dois anos depois foi eleita vice-presidente do DCE de sua universidade (Sipahi, 2012). O envolvimento com o movimento estudantil se deu por meio da JUC (Juventude Universitária Católica), que, fortemente organizada em todo o Brasil, disputava espaço nas entidades dos estudantes universitários com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Naquela época, os estudantes se mobilizavam em torno de questões como a reforma universitária e a busca por eleições paritárias para reitor, além de acompanharem questões políticas nacionais como a Campanha da Legalidade (em 1961) e a atuação das Ligas Camponesas.

Sobre a Legalidade – movimento encabeçado pelo governador gaúcho Leonel Brizola para garantir a posse do vice-presidente João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros em agosto/setembro de 1961 –, Rita contou na entrevista concedida aos pesquisadores do projeto *Marcas da memória*: “Na renúncia do Jânio, nós fizemos um movimento ligado à Rádio Farroupilha no Rio Grande do Sul” (Rita Sipahi, 2012).<sup>6</sup> Segundo ela, os estudantes realizaram um protesto em frente ao Clube do Estudante Universitário (CEU), em Fortaleza:

A gente pegou as mesas de xadrez, de jogos, de pingue-pongue, e pusemos tudo na rua e fizemos uma cancela de um lado e do outro impedindo a passagem dos ônibus, e depois conseguimos liberar uma parte pros ônibus, [risos] eu lembro. Pusemos a Rádio Farroupilha dando para a rua na renúncia do Jânio [...]. Toda aquela [história da] posse do Jango e todas aquelas coisas no Sul [...]. Aí aconteceu que as forças lá do Exército, nós nem percebemos, quando a gente viu, vinham pelo Benfica [...], eles vieram devagarzinho, se arrastando pelo chão, e quando a gente viu, estávamos cercados. (Rita Sipahi, 2012).

---

5 Tomamos a liberdade de chamar as entrevistadas pelo seu primeiro nome. Os dados de cada uma das entrevistas estão disponíveis no final do artigo. Ressaltamos que as entrevistas trazem relatos sobre experiências diversas, além daquelas da militância estudantil, que aqui será o foco exclusivo de nossa atenção.

6 Ao que tudo indica, a entrevistada confunde os nomes Rádio Farroupilha e Rádio Guaíba. A partir da Rádio Guaíba, Brizola formou a “Rede da Legalidade”, com mais de cem emissoras de todo o país. Ver Grijó (2011).

A mobilização em torno de “todas aquelas coisas no Sul”, no caso a Campanha da Legalidade, é indicativa de uma atenção dada pelos/as estudantes a processos que extrapolavam as demandas internas da universidade. É preciso lembrar que durante os dias que durou a crise, a UNE transferiu simbolicamente sua sede para o Palácio Piratini, em Porto Alegre, de onde o governador Leonel Brizola comandava a campanha pela posse de Goulart.<sup>7</sup> No que diz respeito à política estudantil, Rita transmite a ideia de um engajamento que “vai crescendo”: “Você entra no movimento estudantil, vai nos encontros da UNE [União Nacional dos Estudantes], movimento de reforma universitária, nós decretamos no Ceará... O Conselho da UNE vai para o Ceará e decreta a greve” (Rita Sipahi, 2012). Aqui a entrevistada se refere a uma ação marcante de meados de 1962, que ficou conhecida como a Greve do 1/3, que visava alterar a forma de composição dos órgãos dirigentes das universidades e que teve amplitude nacional (Araujo, 2007b, p. 105).

A atuação nas entidades e as articulações regionais e nacionais aparecem no relato de Rita como componentes de uma onda que cresce e que foi experimentada por ela como “uma grande conquista”, como “o grande caminho que se abriu” (Rita Sipahi, 2012). Nesse ponto, ela alude a questões de ordem privada – “eu vinha de uma família repressora, num certo tipo de cuidado” –, acrescentando outra dimensão ao engajamento político, que era também a possibilidade de romper com amarras familiares impostas pela tradição.

Dulce vivia no Recife, cidade que caracterizou em sua entrevista como “muito politizada” (Dulce Pandolfi, 2011). Sobre o período que antecedeu o golpe, ela conta: “[...] foi um momento muito rico e que eu acho que produziu muitos efeitos em mim: esta preocupação com o social, essa vontade de participar, eu lembro das eleições, das campanhas, como aquilo me mobilizava, assim como o próprio governo Arraes” (Dulce Pandolfi, 2011). Dulce só entrou na universidade em 1967, mesmo assim indica ter tido experiências significativas no período anterior ao golpe.

Em sua fala, substantivos como “preocupação”, “vontade”, “campanhas” são indicativos de ação e engajamento, o que aproxima seu relato do de Rita, que, em 1964, precisou se mudar para o Recife e ficou impressionada com o clima político que lá encontrou: “A gente tinha o movimento estudantil todo, forte, tinha o governo [Miguel] Arraes, que era fantástico. No Recife,

---

7 Sobre o tema, ver Trindade (2011).

eu vivi um momento de muita euforia política, de muita densidade, de conquistas” (Rita Sipahi, 2012).

Um clima político parecido foi apresentado no relato de Victória, que vivia no Rio de Janeiro e que ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia em 1963, para cursar Ciências Sociais (Victória Grabois, 2011). O governo de João Goulart (1961-1964) foi assim lembrado por ela: “A gente acordava democracia, dormia democracia, almoçava e jantava democracia” (Victória Grabois, 2011). Mais especificamente sobre as lutas estudantis, Victória destacou sua participação na campanha pela retirada do diretor da faculdade, Eremildo Viana, a suspensão recebida pelos envolvidos e envolvidas e a revogação da medida pelo próprio presidente João Goulart.<sup>8</sup>

Também no Rio de Janeiro, alguns anos depois, Ana iniciou o curso de Farmácia (Ana Bursztyn, 2011). Antes disso, ela frequentava o Colégio de Aplicação, e por conta de amigos mais velhos, tinha conhecido o trabalho do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE: “Eu me lembro muito bem que aprendi as canções do CPC, do Centro Popular de Cultura da UNE: *Cidadão sem compromisso*” (Ana Bursztyn, 2011).<sup>9</sup> Segundo Ana, a Faculdade de Farmácia era pequena e muito conservadora, e os alunos e alunas sofriam forte controle de parte da direção. No caso das meninas, por exemplo, havia constrangimento quanto ao uso de calças compridas. Ao mesmo tempo, a entrevistada lembrou que aquela foi a época em que começavam a ser discutidas questões como o sexo antes do casamento, o uso da pílula anticoncepcional, o noivado, a escolha de sair de casa ou continuar morando com os pais etc.

Mesmo após o golpe de 1964, Ana recorda do espaço do diretório acadêmico como “uma brecha”. Ela conta: “[...] tinha o diretório acadêmico que estava aberto, você podia fazer algumas coisas e não podia fazer outras. Mas a gente estava em plena ebulição social, cultural, política, e começamos a discutir formas de organização para tentar resistir à ditadura e resistir ao modelo econômico que estava em vias de ser implantado” (Ana Bursztyn, 2011). Assim, às ideias de “movimento”, “participação”, “mobilização” que destacamos nos relatos anteriores, acrescentamos a de “ebulição”, presente na fala de Ana. Por meio dela, ficamos sabendo das demandas estudantis e de algumas formas de ação possíveis: por exemplo, as pichações com slogans como

8 O caso do diretor Eremildo Viana é mencionado em Ferreira (2013).

9 Sobre o CPC da UNE, ver Araujo (2007b).

“Fora FMI, abaixo o imperialismo!” e o trabalho “com informação”, ou seja, a divulgação de análises e propostas dentro da faculdade. Ana relata: “[...] comprava uns rolos de papel de presente e colocava na escadaria para mostrar, por exemplo, para o nosso campus, que havia as lutas específicas e existiam as lutas gerais, então a desnacionalização da indústria farmacêutica, com números, e tal” (Ana Bursztyn, 2011). Já em 1968, continua narrando Ana: “Nós começamos a nos mobilizar mais com outros atores e a fazer manifestações de rua” (Ana Bursztyn, 2011).

Em seus dias de estudante universitária, Ana compartilhou com seus colegas o choque com a morte do secundarista Edson Luís, em março de 1968. Também contou sobre uma tumultuada assembleia no teatro de arena da Faculdade de Economia da UFRJ. Na oportunidade, tropas do Exército cercaram o campus da Praia Vermelha e o acontecimento terminou com a prisão de centenas de estudantes. É provável que ela se refira ao acontecido em 23 de setembro de 1966, quando a Faculdade Nacional de Medicina, na Praia Vermelha, foi invadida pelas forças da repressão, que atacaram cerca de 600 estudantes (Franco, 2006).

Na mesma época, Dulce já frequentava o curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, conhecida como FAFIPE. Além de lembrar que o curso “era superpolitizado” (Dulce Pandolfi, 2011), a entrevistada destacou o ambiente geral de discussão. Segundo Dulce,

no pátio da escola à noite, acontecia de tudo, reuniões de todos os agrupamentos partidários. A gente fazia muitas feiras de livros, cineclub, tudo menos estudar. [...] Eram só atividades extraclasse. Aí eu já fui eleita representante de turma, logo no início. (Dulce Pandolfi, 2011).

Retomando os excertos das trajetórias de nossas protagonistas, lembramos que Rita começou a estudar Direito em 1960, em Fortaleza; Victória ingressou em Ciências Sociais no Rio de Janeiro em 1963 e Nilce, sobre quem falaremos em seguida, no curso de Física da USP em 1964. Ana e Dulce frequentaram desde 1967, respectivamente, os cursos de Farmácia no Rio de Janeiro e de Ciências Sociais no Recife.

De forma parecida com o que aconteceu com Rita, Nilce se engajou na JUC logo que entrou na USP, o que, como relata em sua entrevista, fazia sentido para alguém que vinha de uma família religiosa (Nilce Cardoso, 2011). Nilce contou que o grupo da JUC era “muito legal, muito comprometido,

muito solidário, e querendo trabalhar junto com o povo, já querendo fazer uma luta contra a ditadura” (Nilce Cardoso, 2011). Uma das particularidades de sua experiência universitária foi ter vivido no Centro Residencial da USP, o CRUSP: “[...] a gente fazia as reuniões e ali mesmo que a gente se encontrava” (Nilce Cardoso, 2011). Outra marca da trajetória desta estudante foi ter conciliado estudo e trabalho: “[...] porque eu estava lá para fazer a faculdade, eu tinha que trabalhar também [...]. Eu trabalhava à noite e ainda militava. E, ainda por cima, como eu digo, namorava, ia para as festas, fazia tudo que os jovens fazem nessa época” (Nilce Cardoso, 2011).

Assumir cargos nas entidades estudantis, realizar reuniões, produzir material informativo, fazer pichações, participar de manifestações de rua, organizar ou frequentar cineclubes e feiras de livros, discutir política, ir a festas, namorar, trabalhar, estudar. Essas, em síntese, eram ações que marcavam o cotidiano da movimentação estudantil. Segundo os testemunhos apresentados, no período anterior ao golpe se “respirava democracia”, no sentido do engajamento em diferentes campanhas, da discussão de temas nacionais, da construção de um espírito questionador. Era também uma época em que começavam a ser questionadas as relações dos jovens com os mais velhos (ficar em casa ou sair, por exemplo) e os lugares ocupados pelas mulheres (o que se esperava das moças e dos rapazes, quais os espaços que poderiam frequentar, qual o nível de autonomia que poderiam ter).

Os relatos apresentados nesta seção dizem respeito a dois momentos: o primeiro vai de 1961 a 1964 e tem como marcos o protagonismo da UNE e das entidades estudantis a ela ligadas na luta pelas reformas de base, sua atuação cultural por meio do CPC e outras iniciativas que colocavam os estudantes em contato com os trabalhadores e com realidades que extrapolavam os muros das universidades. Nos dias que se seguiram ao golpe, no entanto, o prédio da UNE na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, foi incendiado, lideranças foram perseguidas e presas, muitas entidades estudantis foram fechadas ou receberam interventores, as universidades foram atingidas por expurgos no corpo docente e por expulsões de estudantes. No final do ano, com a chamada Lei Suplicy, foi imposta uma nova estrutura para as entidades.

O segundo momento indicado nas lembranças das mulheres entrevistadas é o dos anos de 1967 e 1968. Depois de um descenso nas possibilidades organizativas e de protesto dos estudantes (universitários e secundaristas), iniciou-se a “fase áurea” do movimento, marcado pelas lutas contra o projeto de reforma universitária, contra os acordos MEC-USAID, pela incorporação

dos excedentes (estudantes aprovados no vestibular, mas sem vagas nos cursos), pela melhoria na qualidade do ensino, pela alimentação estudantil, pelo direito de funcionamento dos grêmios etc. É de 1967 o Decreto nº 228, que serviu de base para a dissolução de entidades que promovessem manifestações políticas. A conjugação entre as pautas estudantis mais específicas e as demandas mais amplas contra a ditadura, a repressão, a censura e a violência do regime marcaram o ano de 1968, momento em que a revolta jovem explodiu em diversos lugares do mundo.<sup>10</sup> Nesse ano, no Brasil, a repressão dedicou especial energia contra os/as estudantes. Quatro exemplos disso foram a morte do secundarista Edson Luís, em março; a invasão da UnB, em agosto; o incêndio da Faculdade de Filosofia da USP, quando do confronto de seus estudantes com os da Universidade Mackenzie, em outubro; e, no mesmo mês, a prisão dos/as participantes do 30º Congresso Nacional da UNE, em Ibiúna. Os casos de Edson Luís e do congresso foram comentados nas entrevistas selecionadas para o presente texto.

O assassinato do secundarista foi um acontecimento que mobilizou contra o regime outros setores além dos estudantes, especialmente de classe média, como artistas, intelectuais e religiosos, e repercutiu na Passeata dos Cem Mil, ocorrida em meados de 1968 no Rio de Janeiro. No relato de Lilia, de Recife, encontramos a avaliação dos efeitos da morte de Edson Luís: “[...] a população começou a ver que podia ser qualquer um, não era apenas um comunista [...]. Foi um filho de qualquer pessoa, podia ser meu filho” (Lilia Maria Pinto Gondim, 2011). As prisões em Ibiúna, por sua vez, representaram uma derrota para as tentativas de manter ativa a entidade máxima dos estudantes, ainda que na clandestinidade. O fracasso do congresso apontou divergências entre as correntes políticas envolvidas no movimento, bem como tirou de circulação lideranças estudantis expressivas.

## O choque de 1968: repressão e clandestinidade

Retomando a narrativa na forma de mosaico, nas páginas que seguem daremos sequência aos relatos de Ana e Nilce e introduziremos experiências narradas por Vera, Raquel, Rita, Renata e Heloísa entre 1968 e o início dos anos 1970.

---

10 Sobre esse contexto, ver Ridenti (2009).

As experiências de ter participado do congresso da UNE, em Ibiúna, e de ter sido presa foram relatadas por Ana, que em seu testemunho apontou, entre outras coisas, os perigos da militância estudantil, que naquela época já era clandestina:

A gente já foi para o interior e tinha que saltar no meio do nada, num caminhão com uma lona preta em cima, a gente saltou no meio de duas estradinhas [...]. Tinha uma casinha onde um monte de gente entrou lá [...]. Aquilo tudo para mim era meio surreal: eu não estava fazendo guerrilha! Eu estava indo para um congresso estudantil! [risos]. (Ana Bursztyn, 2011).

Sobre a prisão, Ana contou que todos os estudantes foram levados para o presídio Tiradentes, que não tinha estrutura para tantas pessoas: “[...] estavam trinta numa cela que só cabia dez [...]. Com isto, mais ou menos uma semana depois nós fomos distribuídos para os estados, menos aqueles vinte e poucos que foram logo presos: o Dirceu, o Vladimir e o Travassos ficaram presos até serem banidos, um ano depois” (Ana Bursztyn, 2011).<sup>11</sup>

As prisões aconteceram em 12 de outubro de 1968. Dois meses depois, em 13 de dezembro, foi decretado o Ato Institucional nº 5.<sup>12</sup> Ele foi sentido de forma traumática por muitas pessoas envolvidas na luta estudantil contra a ditadura. Foi o caso de Vera. Ela havia começado a cursar Farmácia, na UFRJ, em 1967 (Vera Vital Brasil, 2011). Em sua entrevista, avaliou o papel conscientizador da universidade, contou que tinha participado por pouco tempo do diretório acadêmico e que tinha proximidade ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), “uma organização de esquerda, onde o debate pelas melhores condições de ensino e o debate sobre a conjuntura nacional levavam a um enfrentamento maior, em que a luta armada já estava sendo colocada como alternativa” (Vera Vital Brasil, 2011).

---

11 Sobre o caso de Ibiúna, ver Müller (2009). O texto se baseia em memórias de “exponentes da militância estudantil em 1968” (p. 64).

12 O AI-5 concedia poderes ao presidente da República para, por exemplo, fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, demitir funcionários públicos, decretar estado de sítio, proibir que o Judiciário apreciasse recursos impetrados por pessoas acusadas com base no ato, suspender a garantia de *habeas corpus* em casos de crimes contra a segurança nacional. No que diz respeito ao movimento estudantil, é importante lembrar que o recurso do *habeas corpus* era uma segurança nos casos de prisão – bastante comuns – que deixou de existir depois de 13 de dezembro de 1968.

No que se refere à entrada na universidade, Vera ponderou: “[...] abriu o campo de um pensamento crítico, a partir do movimento estudantil, sobre a realidade brasileira, porque até então eu não tive acesso a nenhuma percepção crítica da realidade” (Vera Vital Brasil, 2011). Ela considerou em sua entrevista que, antes disso, “estava mergulhada numa maneira de viver, de pensar e de agir que era, digamos, acrítica em relação à realidade e à problemática social e política” (Vera Vital Brasil, 2011). Talvez tenha sido por conta dessa “maneira acrítica de viver” que o golpe de 1964, ocorrido três anos antes da entrada de Vera na universidade, não tenha sido para ela tão marcante quanto foi o AI-5. Sobre o ano de 1968, Vera relatou: “[...] foi para mim de grande impacto porque mudou, mudou... o movimento estudantil, que já sofria repressão, a partir de 1968 passou a sofrer uma grande repressão, as lideranças estudantis passaram a adotar medidas de clandestinidade” (Vera Vital Brasil, 2011). Em tal quadro, a entrevistada avaliou que ela mesma “era uma pessoa que não tinha essa visibilidade”, então permaneceu no movimento estudantil (Vera Vital Brasil, 2011), enquanto outros colegas se engajaram em organizações armadas.

Ana, que estudava na mesma faculdade que Vera, compartilha com a colega as ponderações sobre o significado do AI-5 e sobre a forma como ele afetou o movimento estudantil: “Foi realmente um golpe violentíssimo”. Segundo ela:

[...] havia uma censura, mas não era uma censura violenta. A partir de então acabou: os diretórios proibidos, as faculdades coalhadas de policiais, coalhadas! Você olhava e os caras estavam atrás das árvores, nos bares, censura dentro dos jornais, nos teatros. Artigos, livros, cinema, tudo censurado! (Ana Burszty, 2011).

Nesse mesmo tom, Nilce explicou como um acontecimento ocorrido alguns dias após a decretação do AI-5 influenciou sua trajetória pessoal. Em 17 de dezembro de 1968, o CRUSP foi invadido por homens do Exército e da Polícia Militar.<sup>13</sup> A entrevistada contou que “todo mundo que estava no CRUSP foi preso” (Nilce Cardoso, 2011). Isso não aconteceu com ela porque já tinha se formado. No entanto, havia uma “lista de todo mundo, e aí todo mundo estava sendo procurado”, inclusive Nilce (Nilce Cardoso, 2011). A respeito do

---

13 Sobre a repressão na USP, ver Silva e Visotsky (2017).

impacto causado pelo AI-5, a entrevistada avaliou: “A ditadura estava tomando outro aspecto, ditatorial mesmo, mais forte, ir atrás dos militantes. Então eu, nesse momento, que acontece? Eu sou empurrada, eu acho, eu fui empurrada pela ditadura, para uma clandestinidade” (Nilce Cardoso, 2011).

As narrativas registram que o AI-5 atingiu as entidades, as lideranças e as lutas em curso, que tornou ainda mais difícil manter a atuação clandestina da UNE, fechou as possibilidades de diálogo e crítica no âmbito dos diretórios acadêmicos e eliminou as manifestações de rua, espaço de conquista de novos aliados e de divulgação das bandeiras de luta contra a ditadura. Como mostraremos adiante, o AI-5 modificou a própria experiência de estar na universidade. Por essas circunstâncias, ao buscarmos – nas entrevistas do *Marcas da memória*, que servem como fonte a este estudo – relatos sobre a movimentação estudantil depois do AI-5, encontramos pouco sobre o tema em si, mas muito sobre clandestinidade, luta armada, prisões, tortura, exílio etc.

O mesmo quadro é perceptível nas entrevistas que serviram de material empírico para o livro *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*, de autoria de Ingrid Gianordoli-Nascimento, Zeidi Trindade e Maria de Fátima Santos. A obra analisa um conjunto de entrevistas, realizadas de 2002 a 2004, com mulheres que entre os anos de 1964 e 1985 participaram “ativamente de algum movimento de oposição ao regime militar” e cuja militância tenha acontecido, pelo menos inicialmente, no Espírito Santo (Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos, 2012, p. 62-63). Com esse material, foram reconstruídas trajetórias de dois grupos de mulheres: aquelas que tinham tido militância estudantil até 1968 e aquelas que passaram por essa experiência depois do AI-5. Os relatos de algumas dessas mulheres nos ajudarão a reconstituir a segunda conjuntura mencionada.

## Deserto, limbo ou colcha de retalhos?

Raquel, nascida num município do interior do Espírito Santo, mudou-se para Vitória para fazer um curso pré-vestibular e ingressou na universidade em 1970.<sup>14</sup> Em seu relato, destacou o papel do diretório acadêmico como

---

14 Raquel é o pseudônimo que as autoras de *Mulheres e militância* utilizaram para não revelar a identidade de sua entrevistada. O mesmo procedimento foi usado para se referir às mulheres que aparecem na sequência do texto (Renata e Rita, a quem chamaremos de Rita Espírito Santo).

“espaço de socialização dos alunos” e a politização resultante da publicação de jornais estudantis (Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos, 2012, p. 155). Segundo as autoras de *Mulheres e militância*, “foi a partir dos jornais que Raquel começou a se identificar com a militância política presente no meio universitário” (Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos, 2012, p. 155). As reuniões de estudantes e os grupos de estudo costumavam acontecer em um bar que era muito frequentado pela juventude da época, posto que, de acordo com o relato da entrevistada, “se corria risco em estar em grupo dentro da universidade” (Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos, 2012, p. 155). A leitura dos textos políticos, nessas reuniões, aproximou Raquel do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), e ela sentiu não haver distinção entre a luta estudantil e a política. Ações clandestinas não mais restritas ao espaço universitário, como as pichações de “Abaixo a ditadura”, passaram a ser realizadas. Ao mesmo tempo, Raquel relatou que dirigentes do movimento estudantil começaram a ser presos. Ela e o namorado – que era uma liderança – fugiram para o Rio de Janeiro e passaram a viver na clandestinidade até o momento da prisão de ambos.

Da mesma forma que Raquel, Rita Espírito Santo mudou-se do interior capixaba para Vitória ao ingressar na universidade, em 1970.<sup>15</sup> No relato sobre sua vida acadêmica, destacou o centro acadêmico, as peças encenadas pelos estudantes, os jogos universitários, a presença policial nas manifestações na universidade, “sob a alegação da infiltração de pessoas ‘subversivas’, influenciando negativamente os estudantes” (Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos, 2012, p. 168). A entrevistada explicou que seu “interesse, engajamento e confiabilidade” foram percebidos por um colega que a convidou para “participar de um partido clandestino”. Nos dias seguintes, Rita já integrava uma “célula”, fazia pichações e panfletagens, rodava materiais no mimeógrafo, dormia na república onde moravam seus colegas de célula. No final de 1972, foi presa e passou a responder processo com base no Decreto nº 477. O decreto, datado do início de 1969, “proibia a existência de qualquer tipo de associação de estudantes e de professores e estabelecia punições como a imediata expulsão do estabelecimento para quem o infringisse” (Araujo, 2007b, p. 191).

---

15 Acrescentamos “Espírito Santo” ao pseudônimo “Rita” para diferenciá-la de Rita Sipahi, cuja entrevista foi explorada no início do texto.

Renata, também proveniente de uma cidade do interior do Espírito Santo, mudou-se para Vitória ao ingressar na universidade, em 1971. Por meio de um amigo, aproximou-se do PCdoB. Ela conta que antes disso já tinha uma consciência política sobre a ditadura, sobre a repressão e a falta de liberdade. Começou a ler as publicações do partido e, conforme narrou em sua entrevista, concluiu que “a guerrilha não era mais uma opção, mas a única medida que poderia ser eficiente depois que as demais atitudes pacíficas realizadas pelo Movimento Estudantil em 1968 já não tinham como existir, e nem mesmo o movimento estudantil existia mais como força possível” (Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos, 2012, p. 199). Para Renata, “o começo dos anos 1970 é o deserto e depois tem um outro movimento que é pau puro, que é a guerrilha” (Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos, 2012, p. 199). Ela foi presa no final de 1972.

Nos relatos selecionados é possível encontrar alguns elementos sobre o ambiente da universidade, as formas de organização dos estudantes, as lutas possíveis depois do AI-5. Os registros de memória sobre o período parecem refletir o que Renata chamou de “deserto”. O mesmo se vislumbra no acompanhamento dos temas tratados nas entrevistas do projeto *Marcas da memória* – a atuação estudantil, na maioria dos casos, fica localizada nos primeiros momentos da entrevista. Sobre o período posterior ao AI-5, abundam narrativas sobre a militância nas organizações clandestinas e sobre a repressão. Os relatos que compõem os trabalhos de Ferreira (1996), Colling (1997), Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos (2012), acima citados, vão na mesma direção.

Se essa tendência ao “desaparecimento” das menções às lutas estudantis é forte e majoritariamente explicável pelo aprimoramento da repressão depois do quinto ato institucional, queremos sugerir que também pode ser resultante de outros fatores. Um deles seria a menor visibilidade política da geração que ingressou na universidade em 1969 e nos anos seguintes, se comparada à dos que cursaram o ensino superior entre 1964 e 1968 e a partir de 1977. Uma parte da liderança estudantil atuante no primeiro período mencionado se engajou na luta armada. Militantes do final dos anos 1970, por sua vez, vieram a compor os quadros dos novos partidos políticos e movimentos sociais atuantes no final da ditadura. Aqueles e aquelas que estiveram na universidade entre 1969 e 1976, ainda que tenham depois se engajado nas lutas em prol da reconquista das liberdades democráticas, parecem não ter dado tanto destaque em suas memórias para o período de militância estudantil.

Outro fator que pode ser somado a esse é o da menor valorização (em termos de memória coletiva e de produção historiográfica) das experiências mais cotidianas, pontuais, cautelosas que foram levadas adiante entre estudantes depois do AI-5, em relação às situações de clandestinidade, luta armada e repressão que custaram a vida de tantas pessoas.

O desaparecimento dos registros sobre o movimento estudantil no material empírico analisado, no entanto, não foi completo, como procuraremos demonstrar. Em entrevista concedida ao projeto *Marcas da memória*, Heloísa recuperou, entre outras coisas, sua trajetória como estudante universitária entre 1970 e 1975. A entrevistada, que cursou História na Universidade Federal de Minas Gerais, disse ter vivido numa espécie de limbo no período entre a sua saída da universidade e o seu envolvimento na campanha em prol da Anistia, a partir de 1977 (Heloísa Greco, 2011). No entanto, tomaremos a liberdade de utilizar a expressão “limbo” para falar sobre o recorte temporal de 1969 a 1976 para representarmos os anos que separaram as grandes manifestações de 1968 e a volta dos estudantes às ruas, em 1977.

Sobre sua passagem pela universidade, Heloísa assim se manifestou:

Essa primeira metade da década de 1970, o movimento estudantil tinha características muito peculiares, que não tinha mais aquela luminosidade que a geração imediatamente anterior teve, que foi o pessoal de 1968 nas ruas, e tudo. E também não foi aquela militância aberta, que depois da geração imediatamente posterior, a quem a gente deve a reconstrução [da UNE]. (Heloísa Greco, 2011).

Ainda segundo Heloísa, sua geração teve o papel de “reconstruir as entidades de base”, como os centros de estudos, os diretórios acadêmicos e o DCE, bem como de investir na “luta pra modificação daquele currículo que era absolutamente engessado” e de promover o enfrentamento com “toda a burocracia universitária, desde o reitor, passando pela direção da escola, até professores”, poucos dos quais apareciam como parceiros dos estudantes. No que se refere às discussões sobre a reconstrução da UNE, Heloísa contou: “[...] eram absolutamente clandestinas. Um negócio assim, complicado” (Heloísa Greco, 2011). Ela concluiu lembrando que coube à geração posterior à sua assumir a reconstrução da UNE, o que de fato aconteceu em 1978.

À luz do relato de Heloísa, podemos resgatar elementos presentes nas falas anteriores sobre a experiência de estar na universidade no começo dos

anos 1970: Raquel, em sua entrevista, falou do papel do diretório acadêmico na “socialização dos estudantes” e referiu a confecção de jornais, a leitura de textos políticos e a participação em grupos de estudo; Rita Espírito Santo mencionou peças de teatro, jogos universitários, polícia infiltrada na universidade, contato com organização clandestina por meio de um colega. Heloísa, por sua vez, lembrou a importância da reconstrução das entidades de base e dos centros de estudos, a luta pela modificação do currículo e o enfrentamento da burocracia universitária. Ou seja, temos aqui vários indícios de que depois do AI-5, o movimento estudantil não deixou de existir para só ser retomado no final dos anos 1970.

Esses indícios dialogam com algumas pesquisas preocupadas em entender a especificidade do movimento no período posterior ao AI-5. Eles nos ajudam a questionar as imagens apresentadas por algumas das entrevistadas de que o período em questão teria sido um “limbo” ou um “deserto”. Sobre a militância estudantil nos anos 1970, Mirza Pellicciotta (2008, p. 181) lembra que o enfrentamento ao regime se deu “na redefinição dos currículos, na recusa do caráter técnico e especializado de conhecimento, na repolitização do espaço acadêmico e na retomada de uma perspectiva social da Universidade”. Para a autora, na primeira metade da década, as movimentações se deram em torno das condições de ensino; a partir de 1975, o esforço foi voltado à recomposição das estruturas de representação estudantil, o que teve seu coroamento na reorganização das Uniões Estaduais de Estudantes e, em 1979, da UNE (Pellicciotta, 2008, p. 189).

Angélica Müller (2016), por sua vez, explica que no contexto pós-AI-5, o “movimento estudantil universitário organizou pequenas ações, buscando diferentes formas de atuação – e, por que não dizer, de ‘sobrevivência’ –, que variaram de acordo com a realidade local” (Müller, 2016, p. 5). As novas ações conviviam com a avaliação da derrota da luta armada e com as novas configurações do ensino superior, resultantes da implantação da reforma universitária. A militância passou a se dar em organizações pequenas, dentro de cada universidade e “sem a concentração física de massa” (Müller, 2016, p. 5). Foram gestados novos formatos de articulação entre os centros acadêmicos, passaram a ser realizados encontros de cada curso, onde eram discutidas questões de currículo, produção de conhecimento e mercado de trabalho (Müller, 2016, p. 6). Ao mesmo tempo, houve o recurso às atividades culturais, que permitiam algum nível de crítica ao regime. Müller (2016, p. 11) informa que “grupos de teatro, dança, shows, campeonatos esportivos e cineclubes

proliferaram nas universidades do país”. A produção de jornais, murais, cartazes e panfletos também foi estratégia de recrutamento e de conscientização estudantil. Em alguns momentos pontuais, as estratégias de protesto mais aberto também se fizeram presentes, como nas reações à visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, em 1969, e no culto ecumênico depois do assassinato do estudante de Geologia da USP, Marco Aurélio Vannucchi Leme, em 1973.

As novas estratégias de ação, segundo Müller (2016, p. 13), incluíam “diálogo e ações conjuntas com outras organizações e movimentos”, o que contribuiu para que o movimento estudantil pudesse se colocar, nos anos finais da década de 1970, como ator político de destaque nas lutas pela reconquista das liberdades democráticas.

## Considerações finais

Nas páginas anteriores, construímos uma narrativa sobre as idas e vindas, pautas, desafios e dificuldades do movimento estudantil e da luta contra a ditadura a partir de depoimentos femininos. Com isso, quisemos sustentar a presença e a agência das mulheres nesse universo, que não têm sido levadas em conta em estudos baseados nos registros produzidos pelas entidades. Esses materiais costumam enfatizar a atuação das diretorias (nas quais as mulheres tiveram pouco espaço), as correntes políticas e seus manifestos e documentos programáticos, as disputas durante os congressos, a produção de jornais e panfletos e de atividades culturais. Por outro lado, trabalhos que se referem à militância feminina contra a ditadura, especialmente aqueles que utilizam a metodologia da história oral, têm trazido importantes indícios sobre a atuação das mulheres no movimento estudantil.

Ao mesmo tempo, quisemos marcar as diferentes possibilidades de engajamento estudantil nas décadas de 1960 e 1970: uma grande efervescência até o golpe; a continuidade da atuação política até 1968, ano que ainda comportou uma “militância aberta” contra a ditadura; o reforço da repressão ao longo de 1968 e o seu coroamento com o AI-5. Resgatamos, ainda, o choque representado pela medida, com o fechamento das possibilidades de crítica ao regime e de trabalho de massas; buscamos, finalmente, indícios do que foi possível continuar fazendo no movimento estudantil no começo dos anos 1970. Nesse momento, uma nova geração adentrava a universidade, enquanto parte da anterior estava envolvida com a luta armada e sendo alvo

mais direto da repressão. Não chegamos a avançar no estudo do período posterior, caracterizado pela retomada das manifestações de rua, pela reorganização das entidades, pela refundação da UNE (1979) e pelo envolvimento dos estudantes nos movimentos sociais.

Ao longo da narrativa apresentada, quisemos também mostrar que a militância estudantil contra a ditadura interferiu – em termos individuais e coletivos – na forma como as mulheres vivenciaram ou contrariaram os papéis de gênero do seu tempo. Alguns indícios desse processo permearam os relatos apresentados e diversos outros estão presentes nas fontes. Lembremos que Rita mencionou a entrada no movimento estudantil como a possibilidade de romper com o tipo de proteção (que considerava repressora) que recebia da família; Ana referiu temas que eram discutidos em sua época de universitária (como o sexo antes do casamento, o uso de pílula anticoncepcional, o melhor momento para sair da casa da família); Vera avaliou que a entrada na universidade e no movimento permitiram transformar uma “maneira acrítica de viver”. Além disso, no conjunto dos registros foi possível vislumbrar situações de socialização das quais essas moças participaram, no contato com certas leituras, em atividades culturais, em moradias coletivas, em viagens (para participar de um congresso, por exemplo) etc.

Dois outros exemplos reforçam o argumento de que a entrada no movimento estudantil favoreceu tanto uma nova visão do mundo quanto a conquista da autonomia das jovens mulheres. Lilia, ao comentar sua entrada numa escola secundária da rede pública, avaliou que isso lhe permitiu “ter contato com a realidade de verdade” (Lilia Maria Pinto Gondim, 2011). Socorro, que saiu de Caruaru e foi morar em Recife para fazer o curso superior na metade dos anos 1960, por sua vez, interpretou esse momento como o rompimento de barreiras que a impediam de viver a vida “como pessoa, como indivíduo” (Socorro Ferraz, 2011).

Pelo que se depreende das fontes, os enfrentamentos da luta estudantil contribuíram para o amadurecimento pessoal e para desafiar a repressão que vinha de dentro da própria casa. Essa repressão se relacionava, entre outras coisas, com os papéis admissíveis para mulheres e para homens, para jovens e para adultos. O contato com a repressão da ditadura – tema que não desenvolvemos aqui, mas que está presente nas fontes consultadas – reforça quais eram as expectativas em relação a esses papéis. Lilia, por exemplo, descreveu uma das vezes em que foi presa, ao lado de uma colega: “[...] agressão tipo palavrões, chamavam a gente de prostitutas” (Lilia Maria Pinto Gondim, 2011).

A mesma entrevistada relatou o medo de que a condição de grávida fosse utilizada pelos algozes como fator adicional para a sua punição. Tais situações dialogam com a literatura sobre as particularidades da resistência feminina à ditadura e às estratégias da repressão direcionada às mulheres (Joffily, 2016).

Frente ao exposto, queremos defender a fecundidade da história oral para captar experiências diversificadas no que toca ao engajamento nas lutas estudantis, bem como para sustentar o argumento de que na reconstituição do movimento estudantil, certos protagonistas – as mulheres – e certas ações – aquelas mais circunscritas ao ambiente universitário, levadas adiante no contexto pós-AI-5 – ainda não receberam a devida visibilidade e valorização.

## Referências

ARAÚJO, Maria Paula. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. (As Esquerdas no Brasil, 3). p. 231-253.

\_\_\_\_\_. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007b.

ARAÚJO, Maria Paula, MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S. (Org.). *Marcas da memória: história oral da Anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão: movimento estudantil e as liberdades democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2007.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

DELLA VECCHIA, Renato da Silva. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no período da redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.

DIENSTMANN, Gabriel. *A luta pela democracia em foco: fotojornalismo e movimentos sociais no Rio Grande do Sul (1977-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2016.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (ENFi/UB). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 45-64, abr. 2013.

FÓRUM de coletivos de história oral. *XIII Encontro Nacional de História Oral*, [2016]. Disponível em: <[http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=483](http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=483)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FRANCO, Bruno. Massacre da Praia Vermelha. *Olhar Virtual*, Rio de Janeiro, ed. 131, 14 set. 2006. Disponível em: <[http://www.olharvirtual.ufrj.br/2010/imprimir.php?id\\_edicao=131&codigo=7](http://www.olharvirtual.ufrj.br/2010/imprimir.php?id_edicao=131&codigo=7)>. Acesso em: 5 dez. 2017.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, n. 8/9, p. 319-342, 1997.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A “Legalidade” na imprensa. In: NOLL, Maria Izabel et al. *O Movimento da Legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011. p. 29-60.

JOFFILY, Mariana. Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber? *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 13, n. 24, p. 165-176, dez. 2016.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 31-45.

LIBRENZA, Isadora R. *História oral da militância feminina no movimento estudantil: a trajetória de entrevistadas do Projeto Marcas da Memória (1964-1969)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2014.

MACHADO, Vanderlei; RODEGHERO, Carla Simone. A história recente nos livros didáticos de história: a ditadura militar e a questão da anistia no Brasil. *Cadernos do Aplicação*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 165-198, 2010.

\_\_\_\_\_. Os livros didáticos e a história da participação das mulheres no movimento estudantil. *Fontes: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 29, p. 28-49, 2017.

MARTINS FILHO, José Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil, 3). p. 183-197.

MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro à ditadura militar e a luta pelas liberdades democráticas nos anos 1970. *Caderno de Estudos em Sociologia Política*, v. 1, n. 1, p. 30-54, 2016.

\_\_\_\_\_. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, SP, 2010.

\_\_\_\_\_. O Congresso de Ibiúna: uma narrativa a partir da memória dos atores. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (Org.). *1968 – 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 63-77.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. O movimento estudantil no Brasil dos anos 1970. In: GROPPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Org.). *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: Editora UFPE, 2008. v. 1, p. 179-213.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

RIDENTI, Marcelo. A época de 1968: cultura e política. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (Org.). *1968 – 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 81-90.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; GUAZZELLI, Dante. *Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

SILVA, Matheus Cardoso; VISOTSKY, Jessica. Universidades y terrorismos de Estado: dos estudios de caso en Argentina y Brasil. *Revista del Cisen Tramas/Maepova*, v. 5, n. 1, p. 99-117, 2017.

SHAPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 71-84.

TRINDADE, Hélgio. A Legalidade e o movimento estudantil brasileiro. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 129-164, jul. 2011.

## Fontes orais

BRASIL, Vera Vital. [set. 2011]. Entrevistadores: Helena Rossi, Izabel Silva e Renato Pais. Rio de Janeiro, RJ, 12 set. 2011.

BURSZTYN, Ana. [jul. 2011]. Entrevistadoras: Cecília Matos, Izabel Silva e Maria Paula Araujo. Rio de Janeiro, RJ, 7 jul. 2011.

CARDOSO, Nilce. [maio 2011]. Entrevistadora: Carla Simone Rodeghero. Porto Alegre, RS, 18 maio 2011.

FERRAZ, Socorro. [mar. 2011]. Entrevistador: Antonio Torres Montenegro. Recife, PE, em 25 mar. 2011.

GONDIM, Lilia Maria Pinto. [out. 2011]. Entrevistadores: Suzane Araújo e Tasso Araújo. Recife, PE, 31 out. 2011.

GRABOIS, Victória. [nov. 2011]. Entrevistadora: Izabel Silva. Rio de Janeiro, RJ, 18 nov. 2011.

GRECO, Heloísa. [nov. 2011]. Entrevistadoras: Maria Paula Araujo, Izabel Silva e Fernanda Abreu. Belo Horizonte, MG, em 25 nov. 2011.

PANDOLFI, Dulce. [maio 2011]. Entrevistadoras: Cecília Matos, Desirree Reis e Izabel Silva. Rio de Janeiro, RJ, 25 maio 2011.

SIPAHI, Rita. [jan. 2012]. Entrevistadoras: Cecília Mattos, Desirree Reis e Izabel Silva. São Paulo, SP, 29 jan. 2012.

Para as entrevistas de Raquel, Rita Espírito Santo e Renata, a fonte é:  
GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

**Resumo:** O texto analisa o movimento estudantil brasileiro do começo dos anos 1960 até a primeira metade da década de 1970, a partir de um mosaico de testemunhos de mulheres. Tais testemunhos foram produzidos a partir de entrevistas de história oral, realizadas com protagonistas do movimento que vivem/viveram em diferentes partes do país. Pretende-se, com tal estratégia, ressaltar a participação feminina nas lutas estudantis, refletir sobre as particularidades de conjunturas anteriores e posteriores ao AI-5 e dar a ver as possibilidades para a participação política da juventude e das mulheres.

**Palavras-chave:** Ditadura. Mulheres. Movimento estudantil.

**Women on the move: student activism and the struggle against Brazil's dictatorship**

**Abstract:** The text analyzes the Brazilian student movement from the early 1960s to the first half of the 1970s, based on a mosaic of women's testimonies. Such testimonies were produced from oral history interviews conducted with protagonists who live/have lived in different parts of the country. The strategy is intended to emphasize women's participation in student struggles, to reflect on the particularities of each previous and later context, and to show possibilities for political participation of young people and women.

**Keywords:** Dictatorship. Women. Student movement.

Recebido em 14/08/2017

Aprovado em 12/10/2017